

L E I N°1.338/78

Data: 06 de dezembro de 1978

Súmula: Cria o Fundo Municipal de Reequipamento do Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica criado o Fundo Municipal de reequipamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado em Bandeirantes, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente, estudos e projetos técnicos de prevenção e combate a incêndio, aquisição de imóveis, construção e ampliação de instalações e despesas da administração e manutenção.

Parágrafo Único – O Fundo de Reequipamento de que trata este artigo, será identificado pela singela FUNREBOM.

Artigo 2º - O FUNREBOM será constituído de:

A) Receitas integralmente arrecadadas pela Taxa de Serviços de Bombeiros, prevista na legislação tributária municipal;

B) Auxílios, subvenções ou doações estaduais, federais ou privadas, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham a ser autorizados por Lei e atribuídos ao Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná em Bandeirantes;

C) Recursos decorrentes de alienação de material, bens, ou equipamentos considerados inservíveis;

D) Quaisquer outras relacionadas com a ativação da Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado no Município;

E) Recursos advindos da co-participação de municípios limítrofes ou não ao de Bandeirantes, ajustada em convênio que regule a instalação, ampliação e prestação de serviços do Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, no Município.

F) Juros bancários e rendas de capital provenientes da imobilização ou aplicação do FUNREBOM.

Artigo 3º - Os recursos constitutivos do Fundo, serão obrigatoriamente, depositados mensalmente na agência de Bandeirantes, do Banco do Estado do Paraná S.A., em conta especial sob a denominação de FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, que será movimentada pelo Conselho Diretor do mencionado Fundo.

Artigo 4º- O FUNREBOM será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo:

- A) Prefeito Municipal, seu Presidente nato;
- B) Oficial Comandante do Destacamento do Corpo de Bombeiros no Município, como Vice-Presidente;
- C) Um membro designado pela Câmara Municipal;
- D) Um membro da Comunidade;
- E) Consultor Jurídico da Prefeitura Municipal;
- F) Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas da Prefeitura Municipal, como membros.

Artigo 5º - O FUNREBOM terá, ainda, um servidor administrativo, responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros e será composto:

- A) Diretor do Departamento da Fazenda, da Prefeitura Municipal;
- B) De um tesoureiro;
- C) De um Secretário;
- D) De um Contabilista.

§ 1º - O Tesoureiro, o Secretário e o Contabilista, serão designados entre servidores municipais que possuam atividades ou capacitação funcional relacionadas às funções; o serviço administração municipal.

§ 2º - O Conselho poderá atribuir gratificações mensais aos funcionários referidos no § anterior desta Lei, até o teto de um valor de referência regional vigente, dentro das atribuições e do escalonamento hierárquico funcional.

Artigo 6º - O Poder Executivo fixará, em Decreto, a competência dos membros do Conselho Diretor e dos componentes do Serviço Administrativo do FUNREBOM.

Artigo 7º - O FUNREBOM é dotado de autonomia financeira, com escrituração contábil própria, sem qualquer vinculação.

Artigo 8º - Na Constituição do FUNREBOM observar-se-á o disposto nos artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Artigo 9º - Contra a conta bancária de que trata o artigo 3º desta Lei, somente serão admitidos saques mediante cheques assinados pelo Presidente do Conselho Diretor, Diretor do Departamento da Fazenda da Prefeitura Municipal e pelo Tesoureiro designado por Decreto do Executivo.

Artigo 10 - Na aplicação dos recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado no Município, será feita a prestação de contas nos prazos e na forma da legislação vigente.

Artigo 11 - Do total da Receita atribuída ao FUNREBOM será destinado até 50% (cinquenta por cento) para pagamento das despesas administrativas ou de manutenção.

Artigo 12 - Para a manutenção do material permanente, equipamento e das instalações será destinada a verba de Despesas administrativas pelo Conselho Diretor.

Artigo 13 - Os bens adquiridos pelo FUNREBOM, serão destinados ao uso do Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, sediado no Município e incorporados ao patrimônio do Município.

Artigo 14 - Para fazer face às despesas decorrentes desta Lei, o Poder Executivo encaminhará, no próximo exercício, à Câmara Municipal, projeto de abertura de crédito adicional especial.

Artigo 15 – Servirá de recurso para atender ao disposto no artigo 12, o cancelamento parcial de dotação do orçamento, de acordo com o disposto no artigo 43, § 1º, item III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 16 – O Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro de 60 (sessenta) dias, mediante Decreto, regulamentará a presente Lei.

Artigo 17 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 06 de dezembro de 1978.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal